

## IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Eleições e Representação Política

Os partidos no poder e na oposição: impacto no perfil dos deputados dos principais partidos de Brasil e Chile.

Hugo Borsani (\*)

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

(\*) Colaboradores: Soraia M. Vieira (UFF-Angra); Diogo Lima (bolsista de IC /UENF); Vinicius Gomes da Silva (bolsista de IC / FAPERJ).

# Os partidos no poder e na oposição: Impacto no perfil dos deputados eleitos nos principais partidos de Brasil e Chile.

Hugo Borsani (\*)

Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

## Resumo:

O artigo consiste numa análise comparada sobre as características e a evolução do perfil da representação legislativa no Brasil e Chile. A seleção dos países corresponde a dois critérios: em primeiro lugar, trata-se de democracias com sistemas de partidos relativamente estáveis e organizados; em segundo lugar, os dois países experimentaram, nas últimas décadas, vários períodos legislativos (e no mínimo 12 anos) consecutivos com a permanência no poder de um mesmo partido ou coligação, após uma alternância política significativa. Essa questão é particularmente relevante para um dos objetivos do trabalho, que é observar o impacto da permanência por vários anos no poder ou na oposição, sobre o perfil da representação legislativa dos principais partidos políticos. A permanência no poder, altera o perfil do recrutamento partidário? A [PASSAGEM](#) para à oposição e a necessidade de reconquistar o poder, implica algum grau de renovação do perfil dos representantes eleitos? Além da análise comparada dos dois tipos de perfis (pessoal e de trajetória política) dos deputados, se inclui uma análise desses perfis segundo o posicionamento ideológico dos partidos no eixo esquerda/direita.

## Palavras-chave:

representação legislativa, partidos políticos, política comparada, América Latina, recrutamento político.

## Os partidos no poder e na oposição: impacto no perfil dos deputados dos principais partidos de Brasil e Chile.

### 1. Introdução

Os estudos sobre perfil e recrutamento dos representantes políticos importam de um ponto de vista teórico e empírico em duas dimensões. Por um lado, esses perfis traduzem, em certa medida, diferentes graus de representação nas instituições políticas dos diversos setores sociais, assim como a maior ou menor homogeneidade dos partidos políticos, dois aspectos relevantes na configuração dos sistemas políticos. Por outro lado, e partindo do suposto de que a representação dos diferentes setores da sociedade pode ser associada a preferências e opções de políticas -sem por isso reduzir o confronto político exclusivamente a uma representação de interesses,- o perfil dos representantes pode incidir nas políticas resultantes dos processos decisórios das democracias. Alcántara (2006), considera que os políticos são a variável independente que mais incide para um maior nível de modernização e democratização na política, e que tanto a experiência na vida política quanto a bagagem de educação formal que possuem pode se refletir na qualidade da representação e na provisão de bens públicos (Alcántara, 2006).

O estudo das elites políticas tem suas origens em autores já clássicos como Pareto, Mosca e Weber, mas começa a ser desenvolvido de forma mais sistemática a partir do trabalho de Putnam (1976), adquirindo crescente atenção a análise das características sócio-demográficas dos representantes políticos, os tipos e níveis de profissionalização e as estratégias de carreira política.

Muitos estudos desde Max Weber tem enfatizado a proeminência dos advogados nos Legislativos desde a constituição dos partidos político, devido ao domínio da palavra e da retórica. Putnam (1976) mostrou que os advogados estavam bem representados nos Parlamentos da maioria das democracias ocidentais. Bett e Cotta

(2000), em uma ambiciosa pesquisa, já clássica no tema, analisaram onze democracias europeias em um período de 150 anos, entre 1848 e 2000, observando as mudanças nas pautas de recrutamento ao longo do tempo, segundo o processo de democratização. Esse processo implicou uma série de transformações no perfil da representação política nos Legislativos dos países analisados, como o incremento da participação das mulheres, o aumento dos níveis de escolaridade e a diversificação das profissões.

Norris (1997) analisou o recrutamento legislativo em 12 democracias estáveis e economicamente desenvolvidas, incluindo não somente o transcurso da vida política dos representantes, mas também o processo de seleção no sistema político, ou seja, os diferentes regimes eleitorais dos países. De acordo com este autor, o recrutamento pode ser definido como um processo de caráter multidimensional que aglutina um conjunto de variáveis, entre as que cabe destacar: a estrutura de oportunidades, o processo de recrutamento e a oferta de candidatos. O sistema eleitoral estabelece o tipo de competição partidária e esta configura quantos e quais candidatos serão eleitos. O processo de recrutamento se relaciona com as regras de seleção de candidatos e o grau de democracia ou centralização partidária. A oferta de candidatos inclui o capital político, que são os recursos com que contam os candidatos (econômicos, contatos políticos, experiência partidária, qualificação profissional, tradição política familiar).

Os trabalhos sobre carreira política dos legisladores são os de mais recente desenvolvimento entre os estudos de elites políticas. Entre eles podem ser detectadas diferentes perspectivas de análise, que respondem, basicamente, ou a uma perspectiva mais sociológica e cultural, centrada nos processos de socialização dos representantes políticos (perfil socio-demográfico e profissional), ou a uma perspectiva mais institucional, com ênfase nos processos institucionais, formais ou informais, que interferem na seleção dos representantes e nas suas trajetórias políticas (Alcántara et. al, 1997). Porém, ambas as perspectivas são complementares e não necessariamente opostas. Assim, a composição social dos parlamentos pode ser entendida como o sedimento de normas, valores e oportunidades (instituições) existentes no processo de recrutamento.

Na América Latina os estudos sobre o perfil e carreira política dos representantes são ainda relativamente recentes e poucos, em particular aqueles que analisam diferentes momentos no tempo. Para Brasil cabe citar os trabalhos de Lemos e

Ranincheski (2003), Miguel (2003), Rodrigues (2002) e Santos (2000). Entre os trabalhos que abordam esse tema para outros países da América Latina, ou em perspectiva comparada, corresponde citar Cordero, (2007), Florentino (2007), Alcantara (2006), Marengo e Serna (2007) e Santana (2008). Segundo Marengo e Serna (2007) as carreiras políticas podem ser explicadas pelo perfil social e os recursos (políticos, econômicos, intelectuais, etc.) dos legisladores eleitos. Numa análise das principais diferenças entre representantes dos partidos de esquerda e direita no Brasil (2003), Chile (2002) e Uruguai (2005), os autores identificaram diferenças significativas segundo o posicionamento ideológico dos partidos. Os partidos de direita e centro-direita contam com um recrutamento mais elitista e tradicional dos legisladores, com bancadas compostas fundamentalmente por empresários, profissionais liberais e produtores rurais, ou seja, representantes políticos com menor dependência dos recursos da máquina partidária. Os partidos esquerda ou centro-esquerda apresentam um perfil de deputados com maior diversificação, em particular com uma proporção mais alta de profissões tradicionalmente vinculadas às classes médias, como professores, profissionais das ciências humanas e funcionários públicos. (MARENCO e SERNA, 2007).

O objetivo do presente trabalho foi indagar sobre a evolução do perfil da representação legislativa de partidos com vários períodos no governo ou na oposição. Em particular interessava observar essa evolução em experiências recentes, ou atuais, de países da América Latina com coalizões de esquerda ou centro-esquerda durante vários governos no poder, e partidos de centro-direita ou direita na oposição durante esse tempo. As interrogantes que orientam o trabalho são: A permanência no governo por vários períodos consecutivos, altera o perfil do recrutamento partidário de partidos e coalizões de esquerda, ou centro-esquerda, que acedem ao governo por primeira vez na história de seus países ou após um longo período fora do mesmo? Por outro lado, a passagem para à oposição e a necessidade de reconquistar o poder, implica em algum grau de renovação do perfil dos representantes eleitos por partidos de direita ou centro-direita?

A partir de estudos clássicos sobre a dinâmica dos partidos, como Downs (1957) sobre a análise espacial dos sistemas bipartidários, ou Przeworsky e Stones (1986), sobre as transformações dos partidos socialistas e socialdemocratas da Europa na pós-guerra, somados aos estudos já citados sobre mudanças no recrutamento político ao longo das transformações políticas e sociais (Bett e Cotta, 2000; Norris, 1997), é

possível pensar sobre possíveis efeitos no perfil da representação partidária, não somente das mudanças no plano social e político, mas também do exercício continuado do poder ou a experiência de várias legislaturas na oposição. A "corrida ao centro" imposta pela dinâmica eleitoral e a necessidade de negociação para responder às conjunturas nacionais e internacionais, tendem a modificar propostas e política dos partidos que chegam ao governo, especialmente em sistemas multipartidários, atingindo a imagem dos mesmos perante o eleitorado. Surge então uma interrogante que parece pertinente: a permanência no governo por vários períodos legislativos, incide sobre o recrutamento partidário e o perfil dos representantes? Paralelamente cabe questionar se a "estréia" na oposição de partidos acostumados a estar no poder, com a conseguinte obrigação de renovação e necessidade de obter apoios sem contar com os recursos políticos de conduzir o Estado, modifica, mesmo que parcialmente, o perfil (profissional, socio-demográfico, trajetória política) dos representantes desses partidos.

Considerando que nos dois países estudados (Brasil e Chile), junto com o fortalecimento das instituições democráticas houve uma melhora em indicadores socioeconômicos e de acesso à cidadania, mas também um aumento da percepção negativa dos políticos e dos partidos políticos, cabe indagar também se esses processos resultaram em modificações do perfil da classe política em seu conjunto (se bem não podem ser esperáveis mudanças de grandes magnitudes dados os períodos de tempo analisados).

A hipótese de que a proximidade do poder e o exercício do mesmo, especialmente em sistemas de competição bipartidária (ou competição entre dois blocos partidários, formais ou informais) pressionam os partidos ao centro do espectro político, permite hipotetizar sobre um perfil mais tradicional, e menos popular, de partidos de esquerda ou centro-esquerda que chegam ao governo após anos na oposição, com incremento de perfis associados a setores sociais até então não presentes, ou pouco presentes, entre seus representantes políticos, assim como uma diminuição daqueles mais vinculados às bases sociais tradicionais desses partidos. Pelas razões equivalentes é possível pensar em uma tendência a um perfil menos tradicional e menos elitista, ou mais *catch all*, nos partidos de direita ou centro-direita com vários anos na oposição e que precisam ampliar suas bases eleitorais para voltar ao governo.

## **2. Os países e partidos selecionados: Brasil e Chile.**

A seleção dos países corresponde a três critérios. Em primeiro lugar, trata-se de duas democracias da região com sistemas políticos estruturados, com partidos políticos estáveis e organizados e cujos principais partidos podem ser posicionados no eixo esquerda-direita sem grande controversa. Em segundo lugar, o fato dos dois países ter vivido uma alternância política significativa na história recente de suas democracias. No Chile, após a longa ditadura militar, uma coalizão de centro-esquerda, a Concertação para a Democracia, numa aliança política nunca antes experimentada no país, entre o centro e parte da esquerda, chegou à presidência em 1990, sendo re-eleita em três oportunidades até 2010, um período de vinte anos. No Brasil, o principal partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), à frente de uma ampla coalizão, chegou à presidência pela primeira vez nas eleições de 2002, o que significou uma alternância política de características inéditas no país, sendo reeleito até agora em duas oportunidades. A permanência no governo por vários períodos consecutivos desses partidos e coalizões de centro-esquerda, e na oposição os partidos de direita ou centro-direita, constitui o terceiro critério de seleção, sendo isto particularmente relevante para um dos objetivos centrais do trabalho: observar se houve efeitos no perfil de recrutamento político em função da permanência no poder (ou na oposição) de partidos que acederam ao mesmo (ou perderam sua posição de partidos de governo) pela primeira vez ou após um período de várias legislaturas.

Os partidos analisados no trabalho são os principais partidos no governo e na oposição durante os governos presididos pela Concertação para a Democracia, no Chile, e pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, com exceção do PMDB. O principal aliado do PT, não foi considerado nesta análise porque um dos objetivos do trabalho foi, como já dito no parágrafo anterior, observar mudanças no perfil de deputados que passaram a ser base do governo (ou oposição) por primeira vez ou após um longo período. Na medida que o PMDB foi também partido de governo, e um dos principais aliados dos governos anteriores presididos pelo PSDB, não foi considerado na análise. Assim, foram analisados os seguintes partidos. No Brasil: Partido dos Trabalhadores - PT, Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e Democratas - DEM (ex-PFL). No Chile: Democracia Cristã - DC, Partido Socialista - PS, Partido Por la Democracia - PPD, União Demócrata Independiente - UDI e Renovação Nacional RN. No Brasil, desde o acesso do PT ao governo em 2002, PSDB e DEM se mantêm na oposição. No

Chile, os partidos da Concertação para a Democracia -DC, PS e PPD -, integraram o governo entre 1990 e 2010. No mesmo período os dois principais partidos da direita chilena -UDI e RN- estiveram na oposição, chegando ao governo com as eleições presidenciais de janeiro de 2010 e os deputados eleitos nas eleições legislativas de dezembro de 2009.

No caso do Brasil foi analisado o perfil e trajetória política dos deputados eleitos em 2002 e em 2010 (atual legislatura). No caso do Chile a análise inclui um período mais longo: a legislatura correspondente ao primeiro governo da Concertação, 1990-1994 (eleitos em 1989), e a correspondente ao período 2010-2014 (eleitos em 2009).<sup>1</sup>

No período considerado, o Chile teve quatro governos da Concertação, os dois primeiros presididos por dirigentes da Democracia Cristã (DC), Patricio Aylwin e Eduardo Frei, e os dois últimos por políticos provenientes dos partidos da esquerda da coalizão de governo, Ricardo Lagos (PPD) ex-ministro do governo de Salvador Allende (1970-1973), e Michelle Bachelet (PS) que fora ministra no governo de Lagos.<sup>2</sup> Durante esse período, o processo de fortalecimento das instituições democráticas após o governo ditatorial foi acompanhado com crescimento econômico e avanços significativos na distribuição da riqueza. Porém, a partir das eleições de 1993, até 2009 (ano em que a Concertação perde a quarta reeleição) a votação e a representação legislativa da coalizão de governo começam a diminuir, junto com um aumento contínuo e constante dos votos e a representação da aliança de oposição (RN e UDI). Nos últimos anos dos governos da Concertação, importantes mobilizações populares, especialmente de estudantes, evidenciaram um descontento crescente de vários setores do eleitorado que até então vinham apoiando a coalizão de centro-esquerda nas urnas. Nesse contexto de descontento crescente, nas eleições de 2009 houve uma dissidência dentro das filas dos governo e o deputado socialista Marco Enríquez-Ominami apresentou uma candidatura aparte, fora do bloco partidário do governo, se posicionando à esquerda do mesmo. Essa candidatura obteve 20% dos votos na oportunidade mas sem reflexos na representação legislativa devido às características do sistema eleitoral de representação binomial vigente no país. A Concertação (mais o Partido Comunista) voltou ao governo em 2014.

---

<sup>1</sup> Uma análise efetiva de tendências requiere considerar o perfil dos deputados em todas as legislaturas incluídas nesses períodos, tarefa ainda pendente de conclusão.

<sup>2</sup> Atual presidenta do Chile, eleita em dezembro de 2013 para o período 2014-2018.



Quando o PT chega ao governo no Brasil com o resultado eleitoral de 2002, a transição da ditadura para a democracia já não era mais objeto central da política (diferentemente do primeiro governo da Concertação no Chile). O próprio triunfo do partido constituiu uma consolidação da democracia no país, devido alternância política e de representação social que esse triunfo significava, mesmo tendo em conta as amplas coalizões eleitorais e de governo, inevitáveis no sistema político brasileiro, com aliados chave que vinham participando na maioria dos anteriores governos, como é o caso do PMDB. De forma semelhante aos governos da Concertação no Chile, os governos presididos pelo PT, particularmente os dois governos do presidente Lula, foram de crescimento e estabilidade econômica acompanhados de melhoras significativas na distribuição do ingresso e extensão de direitos sociais e cidadãos a amplos setores da população. No plano político, as decisões na condução econômica tomadas desde o primeiro governo, consideradas por alguns setores do partido como conservadoras e uma continuidade dos governos anteriores, resultaram em uma ruptura à esquerda, com a formação, em 2004, do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Porém, esse partido não obteve até agora um respaldo eleitoral relevante, com uma representação na Câmara inferior ao 1% nas duas últimas eleições legislativas. A diferença do acontecido no Chile, mesmo com um aumento do desgaste da imagem do governo e das posições críticas ao mesmo, especialmente devido às denúncias de corrupção surgidas no segundo governo do PT, os principais partidos de oposição, PSDB e DEM, não reverteram o declive eleitoral, continuando com uma significativa perda de votos e de deputados nas eleições de 2010.

### **3. Observações Metodológicas**

Em primeiro lugar foram definidos quais deputados seriam considerados na análise. Muitos legisladores no decorrer do mandato legislativo passam a ocupar cargos executivos de confiança do governo ou deixam a banca para se candidatar a um novo cargo, no caso de eleições não simultâneas para diferentes cargos eletivos. Alguns sequer chegam a tomar posse como deputados, sendo substituídos por suplentes desde o início. Nesta pesquisa foram considerados os deputados efetivamente eleitos, como titulares, numa determinada eleição, independentemente de ter continuado ou não no cargo por todo o período legislativo para o qual foram eleitos.

Outra decisão metodológica está na análise do perfil profissional, devido às diferenças existentes entre a formação acadêmica e a profissão ou ocupação efetivamente desempenhada. Foram analisadas duas variáveis diferentes: "Formação", que refere ao título acadêmico ou de outro tipo, e "Profissão", que inclui a profissão (ou ocupação) efetivamente desempenhada.

Na categorização da formação foram identificadas as três profissões liberais mais tradicionais associadas à atividade política: advocacia, engenharias (todas) e medicina. Segundo a bibliografia sobre e os trabalhos empíricos recentes sobre o tema, essas profissões, mesmo que majoritárias em quase todas as elites políticas, tendem a estar mais representadas nos partidos do centro e direita que nos partidos de esquerda. Por isso, de acordo com a hipótese que orienta o trabalho, uma evolução mais "ao centro" dos partidos ou coalizões de esquerda no governo deveria estar acompanhada de um incremento do peso do conjunto dessas profissões. O contrário deveria se esperar dos partidos na oposição, no caso de esforços frutíferos por uma maior diversificação do perfil social e profissional dos representantes políticos, como resultado de uma postura mais plural e menos elitista frente ao eleitorado, a fim de reconquistar o governo.

As carreiras da área econômica e empresarial foram incluídas em uma categoria diferente devido a que as mesmas são menos tradicionais e respondem em maior medida às novas demandas do mercado de trabalho (nesta categoria foi incluída a carreira de Engenheiro Comercial no Chile devido a seu perfil, mais próximo da economia e da atividade comercial). A evolução dessa categoria de acordo com a hipótese do trabalho é um pouco ambígua devido a que economistas podem estar mais próximos do mundo da academia (menos conservador e mais afim a partidos de esquerda ou centro-esquerda) ou do mundo empresarial privado (mais afim a partidos de centro ou direita). A inclusão na mesma categoria de carreiras mais orientadas ao mercado, como administração de empresas, marketing e outras, reforça essa ambiguidade.

Outra categoria agrupou aos formados nas áreas de humanas (incluídas ciências sociais aplicadas, jornalismo, comunicação, letras, etc.), mais os professores (licenciaturas no caso de Brasil), seguindo nessa categorização a Marengo e Serna (2007). Trata-se de categorias vinculadas ao mundo da academia e mais próximas a um perfil de estratos médios da população. Por isso, tanto desde uma perspectiva de representação social como ideológica, são consideradas, em termos gerais, mais

próximas dos partidos de esquerda ou centro-esquerda (Marenco e Serna, 2007). O maior peso dessas categorias no partidos de esquerda, como mostram trabalhos empíricos citados, corroboram essa perspectiva. A previsão teórica de evolução para esta categoria seria uma diminuição do peso relativo nos partidos e coalizões de centro esquerda no poder, e um incremento nas coalizões de centro-direita na oposição.

Quando um legislador tem duas graduações e a biografia indica que desempenhou ambas as duas, se considerou aquela associada à atividade desempenhada por mais tempo ou aquela desempenhada até o ano em que foi eleito(a) deputado(a). Os mesmos indicadores foram utilizados na categorização da variável "Profissão" (ocupação efetiva), quando um(a) deputado(a) indica ter duas atividades profissionais (uma profissão universitária e a atividade de empresário, por exemplo). Na maioria desses casos, de duas (ou mais) profissões, a decisão não apresentou dificuldades, porém alguns poucos deputados poderiam ser catalogados em qualquer uma das opções, se optando nesses casos por aquela mais frequente.

Dificuldade especial se apresenta quando junto com uma profissão universitária existe uma atividade agropecuária (agricultor, produtor rural ou empresário agrícola) e ambas são desempenhadas de forma simultânea. Exceto quando a informação biográfica disponível não deixava dúvidas que a atividade agropecuária era a principal (caso de um dos maiores produtores de soja do Brasil, que também é advogado, ou da deputada Kátia Abreu, deputado pelo DEM no período 2003-2007, psicóloga de formação mas que assume a condução da atividade rural do seu marido após o falecimento deste), se manteve a profissão derivada do título. Devido a isso, a categoria de produtores rurais e empresários agrícolas pode estar sub-representada nos dados.<sup>3</sup> Dada a tradicional representação dos produtores rurais nos partidos conservadores, a perspectiva teórica da sua evolução no presente trabalhos seria uma incremento relativo nos partidos membros de coalizões de centro-esquerda no poder e uma diminuição da porcentagem nos partidos de direita na oposição.

Empresários, comerciantes e executivos ou administradores (gerentes) foram agrupados em uma mesma categoria já que essas atividades estão amplamente vinculadas ao âmbito da iniciativa privada e do mercado. De acordo com a hipótese do

---

<sup>3</sup> Foi criada uma variável *dummy* para identificar os deputados que além de outra profissão possuem uma atividade de produção agrícola ou rural, independentemente de ser ou não atividade principal. Porém a variável precisa ainda de maior verificação e não foi incluída ainda na análise.

trabalho, um aumento relativo das mesmas deveria ser observado nos partidos no governo e uma diminuição nos partidos na oposição.

Foi criada uma categoria para servidores públicos no Chile (que inclui gestores e outros funcionários administrativos), e uma agrupando bancários e servidores públicos no Brasil, devido à frequência dessas ocupações e o fato das duas serem ocupações típicas de setores médios assalariados (no caso dos partidos chilenos não existia nenhum deputado bancário). Pelo seu perfil social menos elitista, estas categorias profissionais estão menos associadas com partidos de direita (Marenco e Serna, 2007).

Outras decisões metodológicas relativas à categorização da profissão foram: a) advogados, engenheiros, médicos e profissionais das áreas econômicas e empresariais que também se desempenham como professores universitários (muito comum no caso de advogados) mantiveram a categoria profissional derivada do título; b) na categoria "Político" foram incluídos deputados que tem a atividade política claramente como única ou principal profissão e não possuem um título universitário. Alguns poucos deputados com título universitário foram considerados como políticos nessa variável porque a biografia explicitava, ou não deixava dúvidas, que a profissão acadêmica não tinha sido exercida, ou somente o tinha sido por poucos anos, antes de sua condição de deputado eleito. Muitos deputados, especialmente na segunda legislatura analisada, com três, quatro ou mais legislaturas consecutivas, poderiam ser considerados como políticos exclusivamente. Porém, isso impediria uma comparação dos perfis profissionais entre as legislaturas. Não há previsão teórica para a evolução dessa categoria.

As fontes dos dados sobre perfil dos deputados foram as páginas web das respectivas Câmaras, complementadas com informações dos sites pessoais dos legisladores. Para dados sobre deputados efetivamente eleitos a fonte foi a informação disponível no Supremo Tribunal Eleitoral. A metodologia do trabalho utilizada consiste exclusivamente em análises bivariadas simples das frequências das categorias elaboradas.

#### **4. Evolução do perfil dos deputados.**

Junto com a análise da evolução da formação e profissão (ocupação) dos deputados foi analisada a evolução das variáveis gênero e idade. A presença de uma

porcentagem importante de deputadas geralmente está associada a uma renovação partidária e um perfil menos conservador. Um incremento significativo na porcentagem de mulheres na representação nos partidos de direita ou centro-direita analisados, poderia ser visto como um indicador da inclusão de novos contingentes do eleitorado, menos conservadores, resultante de uma estratégia de renovação para voltar ao poder. Em relação à idade, a eleição de representantes novos (até 40 anos) está associada a uma renovação partidária. Uma maior presença de "rostos novos" em partidos que faz algum tempo estão na oposição, pode indicar esforços na renovação do "time", com o objetivo de atrair diferentes setores do eleitorado.

#### **4.1 Evolução do perfil dos deputados no Chile**

A análise da evolução do perfil etário, de gênero, de formação e da atividade profissional dos deputados dos principais partidos do Chile nas legislaturas eleitas em 1989 e 2009, mostra, com alguma exceção, além de poucas diferenças entre legisladores do governo e da oposição (quando comparado com as diferenças entre os partidos brasileiros), baixa incidência dessas posições sobre o perfil dos deputados. A maioria das variações mais relevantes registradas ao longo das duas décadas são observadas tanto no perfil dos deputados do governo quanto da oposição, evidenciando mudanças na classe política em geral e não de um partido, ou partidos, em particular. Os resultados achados mostram mais mudanças no perfil do conjunto da classe política ao longo do tempo, que indicadores da influência da continuidade no governo ou na oposição, pelo menos em períodos de até duas décadas, como analisados nesta pesquisa. Existem, porém, alguns resultados acordes com a hipótese original do trabalho.

Na tabela 1 é apresentada a evolução da variável "Formação" (título) segundo partidos no governo e na oposição para ambas as legislaturas selecionadas. Os dados da tabela permitem duas observações. Em termos gerais, existe pouca variação entre as duas legislaturas ou que implica baixa influência da permanência dos partidos no poder ou na oposição. Em ambos os partidos, e em ambos os períodos legislativos, as carreiras universitárias clássicas da atividade política, e particularmente a advocacia, constituem a principal formação dos classe política chilena (e com valores com pouca ou nenhuma alteração no tempo) sendo também comum a baixa porcentagem de formações não universitárias e de legisladores sem título.

O significativo incremento da categoria professores e profissionais das áreas de Humanas entre os partidos da Concertação (no governo) constitui uma das principais diferenças, tanto entre as duas legislaturas quanto entre as duas coalizões de partidos, confirmando resultados de estudos prévios (Marengo e Serna, 2007). As três profissões tradicionais da política continua sendo a formação mais frequente em ambos os períodos e grupos de partidos, porém com uma diminuição maior do seu peso entre os partidos na oposição (devido a uma diminuição de médicos e engenheiros maior que o incremento de advogados), o que supõe um maior grau de diversificação profissional. Se observa também que os engenheiros registram uma queda significativa tanto entre os partidos no governo, quanto nos partidos na oposição.

Tabela 1. Chile: Formação dos deputados segundo governo e oposição

	Partidos no governo		Partidos na oposição	
	1990 / 1994	2010/2014	1990 / 1994	2010/2014
Advocacia	35.9	34.8	28.9	32.7
Engenharias	14.1	8.7	21.1	10.9
Medicina	4.7	10.9	5.3	1.8
<b>Adv. + Eng. + Med.</b>	<b>54.7</b>	<b>54.4</b>	<b>55.3</b>	<b>45.4</b>
Econômicas / Empresariais	10.9	4.3	10.5	20.0
<b>Professores / C. Humanas</b>	<b>12.5</b>	<b>26.1</b>	<b>13.2</b>	<b>16.4</b>
Outras Prof. Universitárias	6.3	4.3	2.6	7.3
Técnicas	1.6	---	5.3	3.6
Sem título	14.1	10.9	13.1	7.3
Total	100.0 N=64	100.0 N=46	100.0 N=38	100.0 N=55

As graduações em carreiras econômicas e empresariais apresentam um movimento contrário entre as duas coalizões, diminuindo à metade, em termos relativos, no caso da Concertação, e duplicando entre os partidos de direita, passando a ser a segunda maior categoria entre estes últimos. Sem poder fazer afirmações, devido ao perfil mais ambíguo da representação social dessa categoria, essa variação parece reforçar um perfil mais pró-mercado para os partidos da oposição, dada a inclusão das carreiras empresariais (administração de empresas, etc.) nessa categoria e ao fato de que grande parte dos deputados economistas chilenos se desempenha na iniciativa privada, o

que supõe um fortalecimento do perfil típico de partidos de direita e centro-direita, e, nesse sentido, contrária a hipótese do trabalho.

A categoria de professores e profissionais das áreas de humanas, os representantes do "mundo da academia", mostra a principal diferença entre os perfis de ambos grupos de partidos, sendo muito mais significativa sua presença na coalizão de centro-esquerda no poder. Porém, em ambas as coalizões se registra um incremento dessa categoria, pelo que não é possível acreditar essa variação ao fato de alguns partidos ter se mantido no poder e outros na oposição, se bem o incremento é muito mais significativa na coalizão de partidos no governo. Mudanças no conjunto da classe política em geral surge como um melhor fator explicativo da orientação dessa variação. Que os partidos da Concertação registraram um significativo incremento dessa categoria também contradiz a previsão derivada da hipótese do trabalho e reforça o perfil original dessa força política como coalizão de centro-esquerda.

Por último, o incremento na porcentagem de outras profissões universitárias indica uma maior diversificação na formação dos deputados da oposição. Essa maior diversificação, porém, se concentra dentro do marco das carreiras universitárias, já que os deputados com formação técnica diminuem sua participação, ao igual que nos partidos da coalizão de governo.

Observando os dados no seu conjunto, a principal mudança no perfil da representação dos deputados do governo está no incremento de professores e profissionais da área de Humanas, além dos médicos (uma das profissões "tradicionais" da política), mostrando com isso menos diversificação e um maior aprofundamento no perfil associado a uma coalizão de centro-esquerda. No caso dos deputados da oposição se observa uma maior diversificação na formação, com certa diminuição do peso das graduações tradicionais e incrementos nas áreas econômicas e empresariais, e também das humanidades e do professorado, além de outras profissões universitárias. Trata-se de uma variação, mesmo que discreta, em direção a uma maior diversidade profissional que pode ser resultado de um perfil mais *catch all* desses partidos, com o objetivo de voltar ao poder, o que efetivamente aconteceu com os deputados de RN e UDI na legislatura eleita em 2009 (além de atingir a maioria na Câmara).

Diferenciando ao interior da Concertação entre esquerda (PS e PPD) e centro (DC)<sup>4</sup>, a principal diferença a destacar está na evolução dos deputados com formação de advogados, que diminui ligeiramente nos casos dos partidos de esquerda, de 28% a 22.2%, e aumenta de forma significativamente no partido de centro, de 41% a 58.8%, se aproximando mais do perfil dos partidos da direita (inclusive com um incremento mais significativo ainda que o registrado nesses partidos, segundo indicado na tabela 1) e elevando, na DC, a concentração nas três profissões liberais clássicas, de 56.4% para 70.6%. Essa variação é a única nos partidos da Concertação, que pode ser associada com a hipótese de uma mudança para um perfil mais "tradicional" nos partidos no governo. Porém, cabe precisar que, ao igual que nos outros partidos da coalizão de governo, na DC aumentaram consideravelmente os deputados na categoria de professores e profissões nas áreas de humanidades, de 15.4% a 23.5% (frente a 8% e 29.6% dos deputados dos partidos de esquerda), variação esta que pode ser associada a um perfil menos tradicional e portanto não permitindo uma conclusão sobre a evolução da representação social no perfil desse partido, principal partido do centro político no Chile.

A tabela 2 traz a análise da variável "Profissão", onde aparece a categoria para empresários, comerciantes, executivos e administradores de empresas, isto é, as profissões do "mundo do mercado"; a categoria para produtores rurais, agricultores e empresários agrícolas; a categoria para gestores públicos; e as categorias "político" e "sindicalista".

Chamamos a atenção para as diferenças de porcentagens entre as profissões "do mercado" e as "da academia", entre a coalizão de centro-esquerda, no poder, e os partidos de centro-direita, na oposição. Diferenças significativas, acordes com trabalhos teóricos e os resultados de pesquisas anteriores sobre perfil dos representantes políticos na América Latina (Marenco e Serna, 2007, Santana, 2008, Santos, 2000) e que se mantém ao longo do período analisado<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> As tabelas com os dados segundo ideologia partidária não foram incluídos por questão de espaço, sendo detalhados aqueles dados mais relevantes ou que diferem da análise segundo as categorias de governo e oposição.

<sup>5</sup> As porcentagens em torno do 7% dessa categoria nos partidos da direita, aproximadamente metade dos formados nessas carreiras (ver tabela 1) se deve a que alguns deles se dedicaram à atividades empresariais ou de gerência, e outros foram incluídos na categoria políticos.



Tabela 2. Chile: Profissão dos deputados segundo governo e oposição

	Partidos no governo		Partidos na oposição	
	1990 / 1994	2010/2014	1990 / 1994	2010/2014
Advogados	35.9	28.3	28.9	30.9
Engenheiros	7.8	6.5	15.8	9.1
Médicos	4.7	10.9	5.3	1.8
<b>Adv. + Eng. + Med.</b>	<b>48.4</b>	<b>45.7</b>	<b>50.0</b>	<b>41.8</b>
Economistas / Contadores	7.8	2.2	2.6	3.6
<b>Empr. / Com. / Exec. / Admin.</b>	<b>7.8</b>	<b>2.2</b>	<b>18.5</b>	<b>14.5</b>
<b>Professores / C. Humanas</b>	<b>14.1</b>	<b>19.6</b>	<b>7.9</b>	<b>7.3</b>
Outras Prof. Universitárias	3.1	2.2	2.6	7.3
Funcionários Públicos	---	6.5	5.3	1.8
Produtores rurais / empr. agric.	3.1	2.2	10.5	1.8
Políticos	3.1	15.2	2.6	16.4
Sindicalistas	4.7	---	---	---
Outras	7.8	4.3	---	5.5
Total	100.0 N=64	100.0 N=46	100.0 N=38	100.0 N=55

A diminuição da porcentagem de empresários, comerciantes e executivos entre os deputados da Concertação, mais o incremento significativo de professores e profissionais da área de ciências humanas, mostram, novamente, a afirmação do perfil associado com uma coalizão de centro-esquerda, não corroborando a hipótese inicial. Nos partidos da oposição, se bem também diminui a porcentagem de profissionais do "mundo do mercado", essa variação não chega a alterar o fato de ser uma das três principais categorias entre esses partidos nos dois períodos legislativos.

A análise por separado entre centro e esquerda dentro da coalizão de governo não apresenta diferenças a destacar. A mais importante é que a queda da porcentagem dos deputados com profissões do âmbito empresarial observada na Concertação, obedece aos números da DC, que passa a não ter deputados nessa categoria no período 2010-2014. Nesse aspecto o partido se torna menos próximo do perfil tradicional de um partido à direita do espectro político, o que contrasta com incremento importante de advogados nesse partido, não permitindo nenhuma conclusão sobre a evolução do perfil dos seus representantes.

Em síntese, tanto a análise da formação quanto da ocupação dos deputados, indica que as principais diferenças entre um e outro período observado atingem ao conjunto da classe política chilena, se bem com diferente intensidade. Ainda, as variações com tendências discordantes reforçam os perfis tradicionalmente associados a cada uma das coalizões. O perfil da Concertação na última legislatura analisada era menos tradicional (exceto, em parte, o perfil da DC pela maior concentração de deputados advogados) e incluía, em termos relativos, menos deputados oriundos do "mundo do mercado" e mais do "mundo da academia", o que reforça o perfil de uma coalizão de centro-esquerda. A permanência no poder parece não ter resultado em um perfil profissional mais tradicional dos partidos de governo como consequência de um eventual corrimento "ao centro" do espectro político.

No caso dos partidos da oposição também se observa alta estabilidade, porém com uma maior diversificação, mesmo que discreta, nas profissões de origem (formação), mostrando uma diminuição mais nítida em engenheiros e médicos, (duas das três profissões mais tradicionais na política), junto com um incremento tanto em carreiras mais associadas com partidos de direita (econômicas e empresariais), quanto de deputados com formação título de professores ou em diferentes áreas das humanidades, categorias mais associadas com partidos de centro e centro-esquerda. Essa maior diversificação pode ser, ou não, resultado de um perfil mais *catch all* dos partidos da direita chilena, mas trata-se de uma evolução coerente com a hipótese inicial do trabalho.

A incorporação de uma porcentagem alta de mulheres na representação legislativa geralmente esta associada a uma modernização dos partidos na suas propostas. A análise segundo o gênero dos deputados chilenos mostra, também nessa variável, um padrão de variação comum a toda a classe política, com um incremento de mulheres na Câmara de Deputados, mas também a continuidade de uma ampla maioria de deputados homens em todos os partidos. Os partidos da Concertação tem sempre uma porcentagem mais alta de mulheres entre seus representantes, mas o maior incremento relativo entre ambas as legislaturas se observa nos partidos da direita, que multiplicam por seis esse valor. A tabela 5 apresenta os dados da distribuição por gênero segundo partidos no governo e na oposição.

Tabela 5. Chile: Gênero dos deputados segundo governo e oposição

Gênero	Partidos no governo		Partidos na oposição	
	1990 / 1994	2010/2014	1990 / 1994	2010/2014
Feminino	4.7	15.2	2.6	12.7
Masculino	95.3	84.8	97.4	87.3
	100.0 (64)	100.0 (46)	100.0 (38)	100.0 (55)

Na análise do gênero segundo a posição ideológica dos partidos da Concertação, se observou uma diferença de magnitude significativa na variação da representação feminina nos partidos da esquerda, que passaram de 8% a 22.2%, em comparação com a DC, que também aumentou a porcentagem de deputadas, mas em uma porcentagem significativamente menor que o PS e PPD, de 2.6% a 5.6%. Com isso, o centro político, representado pela DC, passou a ser, em 2010, o setor com menor representação feminina na Câmara. Esse menor aumento da representação feminina, mais o maior incremento e proporção de deputados com formação de advogados, posicionam a DC como um dos partidos com perfil mais tradicional do sistema político chileno, mais que os partidos de direita nessas duas categorias.

Por último, a evolução da variável idade interessa porque uma média de idade mais baixa, ou uma diminuição relativa da mesma, está associada a uma maior renovação dos quadros políticos. Uma variação nesse sentido seria mais esperável em partidos na oposição obrigados a algum grau de renovação partidária para voltar ao poder. A tabela 3 apresenta a média de idade dos deputados chilenos nas duas legislaturas consideradas. A tabela 4 traz a análise segundo faixas etárias.

As médias de idades e as porcentagens por faixa etária mostram a mesma evolução no tempo para ambos os setores políticos. Tanto os partidos da Concertação como os da oposição mostram um "envelhecimento" de seus legisladores. Esse processo foi mais importante nos partidos da direita, mas mantendo uma média de idade mais baixa. Trata-se, por tanto, de uma tendência do conjunto da classe política, sem variações entres governo e oposição. Não se observaram diferenças significativas na idade em uma análise segundo ideologias partidárias na coalizão de governo.

Tabela 3. Chile: Média de idade dos deputados segundo governo e oposição

	Partidos no governo		Partidos na oposição	
	1990 / 1994	2010/2014	1990 / 1994	2010/2014
Média	47.9	52.7	35.9	46.0
D.S	10.2	11.2	7.6	11.1

Tabela 4. Chile: Faixa etária dos deputados segundo governo e oposição

Faixa etária	Partidos no governo		Partidos na oposição	
	1990 / 1994	2010/2014	1990 / 1994	2010/2014
Até 40 anos	28.1	19.6	57.9	38.2
41 a 50	35.9	21.7	31.6	14.5
51 a 60	21.9	28.3	10.5	38.2
Mais de 60	14.1	30.4	---	9.1
	100.0 (64)	100.0 (46)	100.0 (38)	100.0 (55)

Em síntese, a evolução do perfil dos deputados chilenos mostra alta estabilidade dos principais partidos políticos do país, já que se trata de uma período de vinte anos entre uma legislatura e outra. Dentro desse panorama de estabilidade, a influência "conservadora" da experiência no poder não obtém respaldo. Porém, a maior diversificação do perfil dos deputados da oposição, mesmo que discreta, está acorde com a lógica da hipótese que orientou o trabalho.

#### 4.2 Evolução do perfil dos deputados no Brasil.

Ao igual que na caso do Chile, os dados sobre o perfil dos deputados do PT, PSDB e DEM mostram variações comuns aos três partidos e poucas variações significativas diferentes entre governo e oposição. Existem, porém, algumas mudanças, no perfil dos deputados do PT, que estão na direção prevista pela hipótese do trabalho,

Uma diferença relevante da análise do perfil dos deputados brasileiros (dos partidos em análise), comparando com os deputados do Chile, é que as legislaturas estudadas abarcam um período de tempo mais curto, oito anos e três legislaturas (para o Chile o espaço de tempo eram 20 anos, correspondentes a seis legislaturas). Além disso,

no caso do Chile os partidos políticos selecionados correspondiam a quase a totalidade da Câmara de Deputados. Os três partidos selecionados no Brasil representavam o 48% da Câmara de Deputados em 2002, e 35 % em 2010.

Na tabela 6 se observam os dados sobre a formação dos deputados segundo governo (PT) e oposição (PSDB / DEM).

Tabela 6. Brasil: Formação dos deputados segundo governo e oposição

	PT		PSDB / DEM	
	2003 / 2007	2011/2015	2003 / 2007	2011 / 2015
Advocacia	19.8	14.8	35.1	31.6
Engenharias	11.0	8.0	18.8	21.1
Medicina	7.7	8.0	9.1	9.5
<b>Adv. + Eng. + Med.</b>	<b>38.5</b>	<b>30.6</b>	<b>63.0</b>	<b>62.2</b>
Econômicas / Empresariais	4.4	10.2	11.7	11.6
<b>Professores / C. Humanas</b>	<b>27.5</b>	<b>22.7</b>	<b>3.9</b>	<b>4.2</b>
Outras Universitárias	2.2	9.1	5.2	4.2
Técnicas	8.8	8.0	3.2	2.1
Sem título	18.7	14.8	13.0	15.7
s/d	---	4.5	---	---
Total	100.0 N= 91	100.0 N= 88	100.0 N=154	100.0 N=96

As diferenças de perfil entre os deputados do PT e os partidos de oposição é substancialmente maior àquela observada no Chile entre o perfil da Concertação e a coalizão de direita. Há também maior diferenças que no Chile na evolução desses perfis ao longo do período, sendo mais estável no caso da oposição (PSDB e DEM) que no partido de governo (PT).

São duas as diferenças a destacar entre o partido de governo e os partidos de oposição. Por um lado, a porcentagem de deputados com formação em alguma das três profissões liberais mais tradicionais do mundo político, assim como a evolução dessa porcentagem. Esse valor é substancialmente menor no PT (especialmente devido à porcentagem de advogados e de engenheiros), e na legislatura atual chega a ser praticamente a metade da observada nos partidos de oposição (no Chile a diferença entre as duas coalizões partidárias é mínima, se observando uma diminuição algo maior

no caso dos partidos de oposição). Por outro lado, a significativa diferença entre o PT e os partidos da oposição na porcentagem de professores e profissionais nas humanidades, que supera folgadoamente o 20% em ambos os períodos no PT, em contraste com o 4%, aproximadamente, dos partidos de oposição. Além disso, no PT há uma significativa queda de deputados formados em engenharia (assim como no conjunto da classe política chilena), coisa que não acontece nos partidos da oposição brasileira.

Nos partidos de oposição brasileiros se observa uma estabilidade muito alta no perfil da formação dos deputados, com porcentagens praticamente iguais em todas as carreiras. Uma análise por separado dos partidos da oposição -a fim de diferenciar entre um partido de centro-direita, PSDB, e um de direita, DEM- não mostrou diferenças significativas entre eles. A principal diferença é que o PSDB aumenta em quase cinco pontos percentuais a representação dos advogados (de 31.4% a 35.8%) em tanto o PFL/DEM diminui essa porcentagem em 12 pontos percentuais (de 38.1% a 26.2%). Como as variações são inversas nos caso de engenheiros e médicos, a soma das porcentagens das três profissões clássica da política se mantém quase inalterada nos dois partidos da oposição ao PT, mantendo um perfil mais tradicional na formação dos deputados.

Na tabela 7, onde são analisadas as ocupações efetivas dos deputados segundo governo e oposição. Os representantes com profissões vinculadas ao "mundo do mercado", que não estavam presentes na bancada do PT em 2002, em 2010 representam 5.7% dos deputados do partido. Essa categoria também aumenta entre os partidos de oposição, mas em pouco mais de dois pontos percentuais. Se bem é uma variação comum a todos os partidos analisados, e portanto não exclusiva do partido de governo, no caso do PT trata-se de uma variação acorde com a hipótese do trabalho sobre a influencia conservadora da continuidade no exercício do poder. O fato de se registrar um incremento substancialmente maior dessa categoria no partido no governo constitui um elemento mais a ter em conta a favor dessa lógica. Algo semelhante acontece com a variação da porcentagem de produtores rurais e empresários agrícolas, mas nesse caso com incrementos semelhantes tanto no PT quanto nos partidos de oposição. Porém, trata-se, como na categoria anterior, de uma evolução acorde com a hipótese inicial da pesquisa.

Tabela 7. Brasil: Profissão dos deputados segundo governo e oposição

	PT		PSDB / DEM	
	2003 / 2007	2011/2015	2003 / 2007	2011 / 2015
Advogados	17.6	11.4	31.2	27.4
Engenheiros	8.8	6.8	18.2	17.9
Médicos	7.7	6.8	9.1	9.5
<b>Adv. + Eng. + Med.</b>	<b>34.1</b>	<b>25.0</b>	<b>58.5</b>	<b>54.8</b>
Economistas	3.3	6.8	5.8	5.3
<b>Empr./Comer. /Exec /Admin.</b>	<b>---</b>	<b>5.7</b>	<b>12.3</b>	<b>14.7</b>
<b>Professores / C. Humanas</b>	<b>27.5</b>	<b>20.4</b>	<b>3.2</b>	<b>4.2</b>
Outras Universitárias	2.2	4.5	4.5	5.3
Prof. Técnicas	7.7	5.7	1.3	---
Metalúrgicos	3.3	4.5	---	---
<b>Bancários e Serv. Públicos</b>	<b>11.0</b>	<b>10.2</b>	<b>3.9</b>	<b>5.3</b>
Produtores rurais / empr. agríc.	5.5	6.8	3.2	5.3
Políticos	3.3	3.4	1.3	---
Outras	2.2	6.8	5.8	5.3
Total	100.0 N=91	100.0 N=88	100.0 N=154	100.0 N=96

Outra das categorias com diferença importante entre o perfil de esquerda (governo) e direita (oposição) é a categoria de bancários e servidores públicos. A porcentagem de deputados no PT é substancialmente mais alta que na oposição, aproximadamente o dobro, diferença que se mantém constante ao longo do período analisado.

Em síntese algumas variações na formação e nas ocupações dos deputados do PT indicam um perfil menos tradicional (menos advogados, engenheiros e médicos) e ao mesmo tempo um maior peso de categorias tradicionalmente associadas a partidos mais à direita (empresários e demais categorias do âmbito empresarial, produtores rurais e empresários agrícolas). A diminuição do peso das três profissões clássicas da política -o que indica um perfil social menos tradicional- não está compensada com um aumento da porcentagem nas categorias mais comumente associadas com setores médios da sociedade, e com a própria história do partido (com alta porcentagem desde o primeiro

período de governo), como são os professores, egressos das humanidades, bancários e servidores públicos. Também não se traduz num aumento de profissionais técnicos. As categorias profissionais que mais incrementaram sua presença entre os deputados do PT são, além dos economistas (categoria ambígua como indicador de um perfil mais ou menos conservador), a de empresários e demais ocupações vinculadas ao mundo empresarial e, em menor medida, a de produtores rurais e empresários agrícolas. Ou seja, a diminuição do peso das profissões tradicionais, associadas a setores médios altos, não se compensa com um incremento das categorias geralmente associadas a um perfil de setores médios, mas sim daquelas mais identificadas com partidos à direita do espectro político, o que está em concordância com as previsões teóricas.

Em relação à evolução dos partidos da oposição, muito mais estáveis, não somente que o PT mas também que os partidos da oposição chilenos, nas únicas categorias que mostram um incremento mais ou menos importante (de aproximadamente dois pontos percentuais) são as profissões do mundo empresarial e na atividade agropecuária (produtores rurais e empresários agrícolas), categorias profissionais que correspondem ao perfil clássico de partidos de direita ou centro-direita.

A análise segundo o gênero da representação, ao igual que no Chile no mostra diferenças no perfil, ou na evolução do mesmo, entre partidos no governo e na oposição. A única diferença a ressaltar é que nos partidos brasileiros se registra uma diminuição da representação feminina e não um aumento (como nos partidos chilenos), diminuição que é ainda mais significativa no caso do PT, com uma redução de seis pontos percentuais na bancada eleita em 2010, o que chama especialmente a atenção por ter sido o ano em que esse partido ganhou a eleição presidencial com a candidatura da atual presidenta Dilma Rousseff. A análise por separado de cada um dos partidos da oposição não mostra diferenças relevantes com os dados apresentados na tabela 8.

Tabela 8. Brasil: Gênero dos deputados segundo governo e oposição

Gênero	PT		PSDB / DEM	
	2003 / 2007	2011/2015	2003 / 2007	2011 / 2015
Feminino	15.4	9.4	7.1	5.3
Masculino	84.6	90.6	92.9	94.7



As tabelas 9 e 10 mostram a evolução da média de idade e das faixas etárias, respectivamente.

Tabela 9. Brasil: Média de idade dos deputados segundo governo e oposição

	PT		PSDB / DEM	
	2003 / 2007	2011/2015	2003 / 2007	2011 / 2015
Média	46.4	51.7	50.5	50.6
D.S	7.6	10	8.2	11.5

Tabela 10. Brasil: Faixa etária dos deputados segundo governo e oposição

Faixa etária	PT		PSDB / DEM	
	2003 / 2007	2011/2015	2003 / 2007	2011 / 2015
Até 40 anos	18.9	11.8	13.0	22.1
41 a 50	51.1	35.3	28.6	26.3
51 a 60	28.9	42.4	40.9	31.6
Mais de 60	1.1	10.6	17.5	20.0
	100.0	100.0	100.0	100.0
	(N=91)	(N=88)	(N=154)	(N=96)

A média de idade fica inalterada nos partidos de oposição e aumenta no PT. A faixa etária indica porém uma aumento importante dos deputados de até 40 anos entre os partidos de oposição, assim como dos maiores de 60, com diminuição das faixas intermédias. No PT há um incremento nas duas últimas faixas e decréscimo nas duas primeiras. Analisando a oposição segundo partido, a principal observação a fazer é que o maior incremento na faixa de até 40 anos está no PSDB (de 7.1% para 20.8%). Também o DEM mostra um incremento relativo nessa faixa etária, porém de menor magnitude (17.9% para 23.8%), continuando como o partido com maior porcentual de deputados jovens, mas também de maiores de 60 anos (28.6%).

## 5. Conclusões

Os processos políticos e sociais de cada país, que ao longo do tempo atingem ao conjunto da elite política, parecem ter mais influencia em mudanças no perfil dos legisladores que a experiência de vários anos no governo ou na oposição, pelo menos

em períodos reduzidos como os analisados nesse trabalho. Porém, algumas das variações observadas estão acordes com as hipóteses que orientaram a pesquisa.

Os partidos da direita chilena, na oposição no período considerado, mostram uma maior diversificação do perfil da profissão de origem (formação) de seus representantes, com menor porcentagem de formados nas carreiras clássicas da política, particularmente em medicina e nas engenharias (porém mantendo, ou aumentando, a porcentagem de advogados), e mais peso tanto das carreiras econômicas e empresariais, quanto dos professores e profissionais das humanidades, assim como outras profissões universitárias. Essa perfil, um pouco mais diversificado, que se não pode ser caracterizado como mais popular, pode ser visto como um pouco mais *catch all*, está dentro da evolução esperada para partidos de direita com vários anos na oposição e que procuram chegar (ou retornar) ao governo.

No caso do Brasil se observaram algumas variações acordes com a hipótese da influencia "conservadora" do exercício continuado do governo, como o incremento de no PT da porcentagem de representantes oriundos das ocupações vinculadas ao âmbito empresarial (superior ao incremento observado dessa categoria nos partidos de oposição); ou, em menor medida, o incremento de produtores rurais e empresários agrícolas (neste caso com variação de magnitude similar aos partidos de oposição). Essa evolução, que esta acompanhada de um menor peso das profissões clássicas da política, especialmente dos advogados, mas não de um incremento de categorias tradicionais do partido (professores, profissionais das humanidades, bancários, servidores públicos), supõe certo respaldo à hipótese original do trabalho, de um influencia conservadora do exercício do governo. Por sua vez, os partidos brasileiros de oposição ao governo do PT mostram grande estabilidade no perfil da sua bancada, comparando tanto com o PT quanto com os partidos de oposição chilenos. As poucas, e pequenas, variações observadas não estão (ao contrário dos partidos de oposição chilenos) na direção de um perfil mais plural e sim de fortalecer categorias tradicionais e clássicas de partidos de direita ou centro-direita.

Obviamente que as características exploratórias da pesquisa só permitem conclusões de tipo preliminar, e, nesse sentido, não é possível falar de um padrão único na evolução do perfil dos legisladores do governo e da oposição nos países analisados. No Chile, as mudanças observadas no perfil dos deputados dos partidos no governo

reforçam, em termos gerais, características da representação social de uma coalizão de centro-esquerda. No Brasil, as variações observadas no partido de governo por um lado fortalecem um perfil menos tradicional e por outro incrementam o peso de profissões vinculadas a setores sociais mais próximos de partidos conservadores ou de centro-direita.

Os partidos da oposição no Chile são os que mostram uma maior diversificação do perfil dos deputados, o que não acontece com os partidos da oposição no Brasil, que são os que registram maior estabilidade. O fato de que aqueles tenham visto incrementar os resultados eleitorais e a representação legislativa estando na oposição, se convertido, ao final do período analisado, 2009, nos partidos mais votados do sistema político chileno e atingido o governo, em contraste com a continuidade do declive dos resultados eleitorais e da representação parlamentar dos partidos de oposição brasileiros, talvez tenha alguma relação com essas variações dos respectivos perfis. Mas esse é, certamente, tema para outra pesquisa.

Pelo desenho de pesquisa (dois casos), a análise básica empregada, e os resultados obtidos, não é possível fazer conclusões firmes. As hipóteses de trabalho obtêm fraco ou ambíguo respaldo, mas alguns desses resultados também não permitem desconsiderar totalmente a influencia, no perfil dos representantes, de ser governo ou oposição por vários períodos. Esses resultados parciais estimulam uma análise, empírica e teórica, mais apurada, e com a inclusão de mais casos, a fim de poder chegar a conclusões com mais respaldo sobre o tema.

O que sim parece menos discutível é que na maioria dos partidos analisados houve menor concentração de deputados nas profissões tradicionais do mundo da política, com exceção dos partidos de oposição brasileiros e os advogados na Democracia Cristã chilena, o que pode estar indicando a incorporação de integrantes de novos setores sociais na representação política dos partidos. No Chile houve um incremento que não é pequeno na representação feminina em todos os principais partidos (mesmo mantendo uma ampla desvantagem com a representação política masculina), o que provavelmente deve ter efeitos na aprovação de políticas demandadas por grande parte do eleitorado feminino. Por último, o processo de envelhecimento da classe política também foi comum a todos os partidos nos dois países.

### Referências Bibliográficas

- BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (Eds.) Parliament Representatives in Europe, 1848-2000. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CORDERO, Rodrigo. La composición social de la nueva Cámara de Diputados: cambios y continuidades (1961-2010). In: HUNNEUS, Carlos, BERRIOS, Fabiola, GAMBOA, Ricardo (Orgs.). Las elecciones chilenas de 2005. Santiago: Catalonia, 2007.
- HUNNEUS, Carlos. La derecha en el Chile después de Pinochet: el caso de la Unión Demócrata Independiente. Kellogg Institute, Working Paper, n.285, 2001.
- LEMOS, Leany B. de Sousa e RANINCHESKI, Sonia. Carreras políticas en el Senado brasileño: Un estudio de las composiciones del Pleno y de la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía en la década de 90. Lateinamerika Analysen. Hamburg, v. 4, p. 3-30, 2003.
- MARENCO, André y SERNA, Miguel. Por que as carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, 2007.
- MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos, Brasília: UnB, 1982.
- MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, 2003.
- NORRIS, Pippa. Passages To Power. Legislative Recruitment In Advanced Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PUTNAM, Robert. The Comparative Study of Political Elites. New York: Prentice-Hall, 1976.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara de Deputados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, n. 16, 2008.

SANTOS, Fabiano. Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato.; DINIZ, Eli. SANTOS, Fabiano (Orgs.) Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

WEBER, Max. Escritos Políticos. Madrid: Alianza Editorial, 1991.